

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL PARA
SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO DO SERVIÇO FEDERAL DE
PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0076/2025

ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, sociedade empresária com sede à Rua Bom Sucesso, nº 220, conjunto 4001- Tatuapé – São Paulo/SP, CEP 03305-000, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 06.540.857/0001-80, neste ato representada por seu advogado signatário, Dr. Pedro Henrique Ferreira Ramos Marques, inscrito no CPF sob o nº 310.724.348-57 e na OAB/SP sob o nº 261.130, com endereço eletrônico pedro@ramosmarques.com.br e telefone (11) 98537-3112, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO supra, a ser realizado pelo **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO**, empresa pública federal, regido pela Lei nº 5.615/1970, com sede na SGAN Quadra 601, Módulo V, Brasília/DF, CEP 70836-900, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 33.683.111/0001-07, com endereço eletrônico parceria-brokersenatran@serpro.gov.br, pelos seguintes motivos.

1. DOS FATOS

O **SERPRO** tornou público o Edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0076/2025**, que tem como objeto a “seleção de pessoa jurídica de direito privado (empresas) que, em parceria com o SERPRO, possa explorar a oportunidade de negócio especificada no ANEXO I”:

“1.1 A oportunidade de negócio consiste no desenvolvimento de uma solução tecnológica especializada que promova a integração entre os sistemas de trânsito e o ecossistema financeiro, permitindo a modernização e otimização dos processos administrativos e financeiros dos serviços regulados pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN) e operacionalizados pelo SERPRO.” (Anexo I)

As proponentes interessadas em participar do presente processo de contratação deverão enviar sua proposta e documentação de qualificação no endereço eletrônico parceria-brokersenatran@serpro.gov.br até o dia **12.05.2025**. Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação para contratação na modalidade Credenciamento.

No entanto, a ora IMPUGNANTE considera que o presente instrumento convocatório está pautado em condições equivocadas e *contra legem* para ingresso de empresas interessadas no processo de seleção, estabelecendo um filtro de escolha travestido de inegável restrição de participação.

As mencionadas incorreções do Edital que aviltam a lisura do certame estão relacionadas com:

I – o impedimento na participação de empresas que atuam no segmento de intermediação de serviços de trânsito envolvendo transações financeiras, previsto no **Subitem 3.3, alínea “b”, do Edital;**

II – os critérios de pontuação como condicionante de qualificação técnica para classificação das propostas, previstos no **Subitem 3.1 do Anexo II;**

III – os excessivos requisitos para comprovação da capacidade técnico-operacional, previstos no **Anexo IV**.

Assim, não restou alternativa à IMPUGNANTE, senão apresentar IMPUGNAÇÃO ao Edital do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0076/2025** para que sejam revistas e reformuladas as disposições acima pontuadas que inegavelmente – além de restringir o ingresso de potenciais proponentes no certame – infringem os preceitos assentados na **LEI Nº 13.303/16** e no próprio **RPON/SERPRO** por estabelecer critérios inibidores de participação, nos termos das razões a seguir aduzidas.

2. DO ALIJAMENTO DE EMPRESAS DO SEGMENTO DE INTERMEDIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO ENVOLVENDO TRANSAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do **Subitem 3.3, alínea “b”, do Edital**, estão impedidas de participar do presente processo de contratação as empresas que atuam no segmento de intermediação de serviços de trânsito envolvendo transações financeiras, conforme se verifica:

“3.3 Não serão admitidas para este chamamento público:

(...)

b) Empresas que atuam na execução de processos de intermediação de serviços de trânsito, envolvendo transações financeiras, tais como:

- i. Instituições financeiras, nos termos da legislação vigente;*
- ii. Instituições de pagamento, inclusive adquirentes (credenciadoras), subadquirentes (subcredenciadoras),*

facilitadoras de pagamento e iniciadores de transação de pagamento (ITPs);

- iii. Operadores ou instituidores de arranjos de pagamento, incluindo bandeiras de cartão de crédito, débito ou pré-pago;*
- iv. Entidades integrantes das infraestruturas do mercado financeiro, tais como câmaras de compensação e liquidação, sistemas de custódia, registro ou negociação de ativos financeiros, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);*
- v. Empresas que prestem serviços de análise, consolidação, gestão ou intermediação de contratos de financiamento ou arrendamento mercantil de veículos automotores;*
- vi. Empresas de tecnologia que operem soluções de Open Finance, Banking as a Service (BaaS), ou que tenham dependência ou vínculo direto com instituições financeiras ou demais entidades do Sistema Financeiro Nacional.” (grifos nossos)*

De proêmio, cumpre deflagrar que essa restrição de participação é completamente obscura e contraditória, pois qual a finalidade de excluir do certame empresas que atuam na intermediação de serviços de trânsito envolvendo transações financeiras, **se o objeto do presente Chamamento Público está justamente voltado a otimizar a operacionalização dos serviços de trânsito que envolvam a utilização de recursos financeiros?**

Note-se que a própria **Especificação do Objeto (Anexo I)** é bastante precisa ao delinear que a oportunidade de negócio a ser implementada junto à **SERPRO** tem como primordial escopo o desenvolvimento de uma solução tecnológica especializada para promover a integração entre os sistemas de trânsito e o ecossistema financeiro, consoante se depreende:

“1.1 A oportunidade de negócio consiste no desenvolvimento de uma solução tecnológica especializada que promova a integração entre os sistemas de trânsito e o ecossistema financeiro, permitindo a modernização e otimização dos processos administrativos e financeiros dos serviços regulados pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN) e operacionalizados pelo SERPRO.” (grifos nossos)

“1.2 A proposta visa proporcionar maior eficiência, segurança, rastreabilidade e transparência nas transações associadas aos serviços de trânsito que envolvam a utilização de recursos financeiros nas temáticas relacionadas a veículos, condutores e infrações, abrangendo desde a Transferência Segura de Veículos, pagamento de taxas, tributos e débitos veiculares, até serviços de habilitação, multas, infrações, registros e demais operações relacionadas à mobilidade e fiscalização.” (grifos nossos)

“1.3 A solução será baseada em uma plataforma integrada e interoperável, promovendo a unificação dos processos financeiros e administrativos do setor de trânsito com instituições financeiras e sistemas de pagamento. A arquitetura deverá permitir a incorporação de métodos de pagamento modernos, como Pix, Open Finance, DOC/TED, cartão de crédito e outras soluções já estabelecidas no mercado, além de orquestrar a automação da conciliação, liquidação e repasse de valores aos órgãos competentes.” (grifos nossos)

“1.4 A solução deverá garantir conformidade regulatória, rastreabilidade e auditoria eficiente de

todas as transações, assegurando um ambiente digital seguro, ágil e transparente para os usuários e entes envolvidos no ecossistema de trânsito.” (grifos nossos)

Como forma de justificar a aludida restrição de participação, o **Subitem 3.3.1 do Edital** assevera que *“As vedações previstas neste item têm por finalidade garantir a neutralidade concorrencial e a isenção no tratamento de dados sensíveis no âmbito do sistema de pagamentos do trânsito, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), bem como assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais da livre concorrência (art. 170, IV, da Constituição Federal) e evitar práticas anticoncorrenciais, nos termos da Lei nº 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência)”*.

Convenhamos, indigitadas “justificativas”, além de genéricas e abstratas, não apresentam qualquer correlação com as vedações impostas, sendo certo que não há nenhuma impropriedade em se admitir o ingresso no certame de empresas que atuam no segmento de intermediação de serviços de trânsito envolvendo transações financeiras, ou seja, que justamente estão aptas a fomentar a oportunidade de negócio buscada pelo **SERPRO**.

Note-se, ademais, que a admissão de participação de empresas que operam com transações financeiras para os serviços de trânsito, não caracteriza nenhuma das infrações previstas no **art. 36, §3º, da Lei nº 12.529/11**, sendo incontroversamente viável que eles participem legitimamente do presente Chamamento Público, conforme se infere:

*“Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:
(...)”*

§ 3º As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica:

I - acordar, combinar, manipular ou ajustar com concorrente, sob qualquer forma:

- a) os preços de bens ou serviços ofertados individualmente;
- b) a produção ou a comercialização de uma quantidade restrita ou limitada de bens ou a prestação de um número, volume ou frequência restrita ou limitada de serviços;
- c) a divisão de partes ou segmentos de um mercado atual ou potencial de bens ou serviços, mediante, dentre outros, a distribuição de clientes, fornecedores, regiões ou períodos;
- d) preços, condições, vantagens ou abstenção em licitação pública;

II - promover, obter ou influenciar a adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes;

III - limitar ou impedir o acesso de novas empresas ao mercado;

IV - criar dificuldades à constituição, ao funcionamento ou ao desenvolvimento de empresa concorrente ou de fornecedor, adquirente ou financiador de bens ou serviços;

V - impedir o acesso de concorrente às fontes de insumo, matérias-primas, equipamentos ou tecnologia, bem como aos canais de distribuição;

VI - exigir ou conceder exclusividade para divulgação de publicidade nos meios de comunicação de massa;

VII - utilizar meios enganosos para provocar a oscilação de preços de terceiros;

VIII - regular mercados de bens ou serviços, estabelecendo acordos para limitar ou controlar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, a produção de bens ou prestação de serviços, ou para dificultar investimentos

destinados à produção de bens ou serviços ou à sua distribuição;

IX - *impor, no comércio de bens ou serviços, a distribuidores, varejistas e representantes preços de revenda, descontos, condições de pagamento, quantidades mínimas ou máximas, margem de lucro ou quaisquer outras condições de comercialização relativos a negócios destes com terceiros;*

X - *discriminar adquirentes ou fornecedores de bens ou serviços por meio da fixação diferenciada de preços, ou de condições operacionais de venda ou prestação de serviços;*

XI - *recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, dentro das condições de pagamento normais aos usos e costumes comerciais;*

XII - *dificultar ou romper a continuidade ou desenvolvimento de relações comerciais de prazo indeterminado em razão de recusa da outra parte em submeter-se a cláusulas e condições comerciais injustificáveis ou anticoncorrenciais;*

XIII - *destruir, inutilizar ou açambarcar matérias-primas, produtos intermediários ou acabados, assim como destruir, inutilizar ou dificultar a operação de equipamentos destinados a produzi-los, distribuí-los ou transportá-los;*

XIV - *açambarcar ou impedir a exploração de direitos de propriedade industrial ou intelectual ou de tecnologia;*

XV - *vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo;*

XVI - *reter bens de produção ou de consumo, exceto para garantir a cobertura dos custos de produção;*

XVII - *cessar parcial ou totalmente as atividades da empresa sem justa causa comprovada;*

XVIII - *subordinar a venda de um bem à aquisição de outro ou à utilização de um serviço, ou subordinar a prestação de*

*um serviço à utilização de outro ou à aquisição de um bem;
e*

XIX - *exercer ou explorar abusivamente direitos de propriedade industrial, intelectual, tecnologia ou marca.”*

Acertemos, em via diametralmente oposta, se mantidas as vedações de participação impostas no instrumento convocatório, estará configurada a intervenção do **SERPRO** na livre concorrência de mercado com infringência da ordem econômica que deveria estar incontroversamente assegurada no **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0076/2025**, nos termos do **art. 170, IV, da Constituição Federal**.

Não obstante, a participação de empresas que exercem a intermediação de serviços de trânsito envolvendo transações financeiras, ou seja, que justamente podem fomentar a oportunidade de negócio versada no credenciamento, se alinha exatamente na *mens legis* assente no **art. 12.1 do RPON/SERPRO**, cujo preceito é expresso ao estabelecer que **“A etapa de seleção do parceiro visa à escolha da interessada que reúna as características adequadas e apresente potencial de gerar o melhor retorno para o SERPRO”**.

Outrossim, se faz imperioso enfatizar que a restrição de participação pontuada no **Subitem 3.3 do Edital** afronta acintosamente o **art. 38 da Lei nº 13.303/16**, o qual justamente apresenta um rol taxativo das situações de impedimento, sendo inegável, portanto, que é defeso o **SERPRO** vedar o ingresso de empresas que atuem em determinados ramos de atividade, nos termos do que se constata:

“Art. 38. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da

empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;

II - suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

*VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, **de** empresa declarada inidônea.” (grifos nossos)*

Com efeito, é incontroverso de que o Edital do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0076/2025** não pode impedir a participação de determinados segmentos de atuação empresarial (a exemplo da intermediação de serviços de trânsito envolvendo transações financeiras), caso contrário, estará configurada a ocorrência de vício insanável no instrumento convocatório com inegável indício de favorecimento para alguma empresa ou setor específico.

3. DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO COMO CONDICIONANTE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Inobstante a restrição de participação impugnada no capítulo anterior, ainda é forçoso destacar que o instrumento convocatório está congregando despropositados **critérios de pontuação como condicionante de qualificação técnica para classificação das propostas**, conforme se constata dos requisitos dispostos no **Subitem 3.1 do Anexo II**:

3.1 A classificação das propostas será realizada com base na soma da pontuação dos requisitos atendidos, conforme segue:

| Qualificação Técnica | Pontos |
|--------------------------------|------------|
| Requisitos Funcionais | 115 |
| Requisitos de Capacidade | 70 |
| Requisitos de Sustentabilidade | 26 |
| Total | 211 |

Tabela 1: pontuação dos requisitos de qualificação

Note-se que não consta do **Anexo II** nenhuma metodologia de como a pontuação dos requisitos foi dimensionada, o que remonta a uma subjetividade desprovida de lisura, já que as proponentes ficarão sem referências de como deverão comprovar suas qualificações técnicas de modo a atender os anseios do **SERPRO**.

A propósito, a forma vaga como estão elencados os requisitos (*funcionais, de capacidade e de sustentabilidade*) a serem demonstrados pelas proponentes, colide frontalmente com o **RPON/SERPRO**, o qual determina que a avaliação dos aspectos técnicos deve seguir as diretrizes especificadas no instrumento convocatório e serem devidamente motivadas, conforme comando presente em seu **art. 17.1**:

“17.1 A avaliação dos aspectos técnicos e qualitativos das interessadas e de suas propostas deve seguir as

seguintes diretrizes, a serem especificadas no edital de chamamento público conforme as especificidades da oportunidade de negócio:

- a) o edital pode estabelecer nota mínima de corte, recomendando-se, se for o caso, que seja entre 70% (setenta por cento) e 90% (noventa por cento) do total da pontuação possível;*
- b) é permitido exigir das interessadas e pontuar a visão de mercado e prospecções, a descrição analítica de suas propostas, com a indicação justificada das principais características e diferenciais, que permitam ao SERPRO aferir a proposta de negócio que lhe seja a mais vantajosa;*
- c) a avaliação dos aspectos referidos na alínea ‘b’ deve ser motivada por parte do SERPRO, especialmente diante do grau de subjetividade que é inerente à avaliação sobre a vantagem de diferentes propostas de negócio, apontando-se, objetivamente, as diferenças entre as propostas técnicas das interessadas e suas repercussões práticas;*
- d) quando possível, a análise dos aspectos indicados na alínea ‘b’, ainda que influenciada em alto grau por aspectos subjetivos, deve ser objetivamente parametrizada;*
- e) a avaliação de aspectos técnicos e qualitativos pode ser realizada, total ou parcialmente, em razão das experiências das interessadas e da comprovação de corpo técnico qualificado, observando-se o seguinte:” (grifos nossos)*

Nesse prospecto, é medida de rigor (e lisura) o **Anexo II** ser retificado para passar a constar as diretrizes de comprovação de qualificação técnica a serem demonstradas pelas proponentes, de modo que a avaliação a ser feito pelo **SERPRO** possa seguir parâmetros concretos de aferição.

4. DOS EXCESSIVOS REQUISITOS PARA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO- OPERACIONAL

No tocante a **Capacidade Técnico-Operacional**, o instrumento convocatório está demandando requisitos desproporcionais e restritivos de comprovação, a exemplo do que se infere do **Item 1 do Anexo IV** **que impõe a demonstração de certificação em tecnologia blockchain:**

| Item | Requisitos de Capacidade Técnico-operacional | Motivação/Finalidade | Tipo |
|------|--|--|------------------------|
| 1 | A INTERESSADA deverá demonstrar expertise em tecnologias blockchain, assegurando que seu quadro técnico possua profissionais com certificação reconhecida em blockchain. A comprovação deverá ser feita por meio da apresentação das certificações dos profissionais vinculados à empresa, garantindo a capacitação técnica necessária para o desenvolvimento, implementação e manutenção de soluções baseadas nessa tecnologia. | A tecnologia blockchain proporcionará rastreabilidade, transparência e imutabilidade para registros financeiros e transacionais do broker da Senatran, minimizando fraudes e assegurando a confiabilidade dos dados armazenados. | Pontuação (Peso 10) |

Isso porque, a tecnologia blockchain é bastante específica e não indispensável para assegurar rastreabilidade, transparência e imutabilidade para registros financeiros e transacionais, o que denota que sua certificação como requisito de *Capacidade Técnico-Operacional* (e ainda com pontuação em seu grau máximo) restringe o universo potencial de proponentes.

Além disso, os **Itens 4 a 7 do Anexo IV exigem a comprovação de ISO em inúmeros setores** (*ISO 9001 – Gestão da Qualidade; ISO 37301 – Gestão de Compliance; ISO 27001 – Gestão da Segurança da Informação; ISO 27701 – Sistema de Gestão de Informações de Privacidade*):

| | | | |
|---|---|---|------------------------|
| 4 | A empresa deverá possuir ou comprovar estar em fase de obtenção da certificação ISO 9001 – Gestão da Qualidade | No contexto do broker Senatran, garante que os processos sejam bem estruturados, auditáveis e aprimorados continuamente, reduzindo riscos e garantindo entrega consistente. | Pontuação (Peso 10) |
| 5 | A empresa deverá possuir ou comprovar estar em fase de obtenção da certificação ISO 37301 – Gestão de Compliance, garantindo que seus processos internos estejam alinhados com padrões internacionais de conformidade regulatória e governança. | Garante que a empresa adota políticas robustas de governança, mitigação de riscos e integridade nas transações, promovendo maior transparência e segurança na relação com órgãos públicos e instituições financeiras. | Pontuação (Peso 10) |
| 6 | A empresa deverá possuir ou comprovar estar em fase de obtenção da certificação ISO 27001 – Gestão da Segurança da Informação | Essencial para garantir a segurança e integridade das transações financeiras intermediadas pelo broker da Senatran, protegendo dados sensíveis e mitigando riscos de fraude e acesso não autorizado. | Pontuação (Peso 10) |
| 7 | A empresa deverá possuir ou comprovar estar em fase de obtenção da certificação ISO 27701 – Sistema de Gestão de Informações de Privacidade | Garantir o tratamento adequado do dado em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) | Pontuação (Peso 10) |

Chama atenção que essa ampla certificação é tão específica que nem as instituições financeiras exigem das empresas prestadoras a comprovação de ISO em todos esses departamentos como requisito obrigatório para *Capacidade Técnico-Operacional*.

Essa condição de qualificação fará com que potenciais proponentes sejam desestimuladas de participar do presente Chamamento Público já que toda essa comprovação – *que não é essencial* – demandará custos desnecessários, o que afronta, inclusive, a **SÚMULA TCU 272**:

*“**SÚMULA TCU 272**: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.”*

Dessa forma, em prol da lisura que se espera do **SERPRO**, impõe-se a revisão dos requisitos para *Capacidade Técnico-Operacional*, de modo que sua comprovação não fique chanfrada de inegável restrição de ampla participação com comprometimento da livre concorrência.

5. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, impõe-se a **SUSPENSÃO** do certame sob **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0076/2025** e a consequente **REFORMULAÇÃO** do presente Edital em conformidade com as razões acima articuladas, para que:

I – seja retificado o **Subitem 3.3, alínea “b”, do Edital** (*e demais dispositivos correlatos*), de modo a possibilitar a participação de empresas que atuam no segmento de intermediação de serviços de trânsito envolvendo

transações financeiras, prestigiando, assim, a ampla participação de uma pluralidade de proponentes com observância do **art. 38 da Lei nº 13.303/16** e respeito a livre concorrência de mercado;

II – seja revisto e retificado o **Subitem 3.1 do Anexo II** (*e demais dispositivos correlatos*), de modo a readequar os critérios de pontuação como condicionante de *Qualificação Técnica* para classificação das propostas, com apresentação das diretrizes a serem consideradas na avaliação dos aspectos técnicos e qualitativos das proponentes, em consonância com o disposto no **art. 17.1 do RPON/SERPRO**;

III – seja revisto e retificado o **Anexo IV** (*e demais dispositivos correlatos*), de modo a readequar os requisitos para *Capacidade Técnico-Operacional* sem impor comprovações específicas – a exemplo das certificações ISO – que restringem a ampla participação e infringem a **SÚMULA TCU 272**.

Outrossim, requer-se seja **REPUBLICADO** um novo instrumento convocatório com as devidas adequações, como forma de prestigiar a lisura do procedimento licitatório promovido pelo **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO**.

Termos em que,

Pede-se deferimento.

Brasília, 02 de maio de 2025

PEDRO HENRIQUE
FERREIRA RAMOS

MARQUES:31072434857

Assinado de forma digital por
PEDRO HENRIQUE FERREIRA
RAMOS MARQUES:31072434857
Dados: 2025.05.05 15:23:00
-03'00'

ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA

Pedro Henrique Ferreira Ramos Marques

OAB/SP nº 261.130



RAMOS MARQUES

— ADVOGADOS —

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, sociedade empresária com sede à Rua Bom Sucesso, nº 220, conjunto 4001- Tatuapé – São Paulo/SP, CEP 03305-000, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 06.540.857/0001-80, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. **Roberto José Reginato Lofreta**.

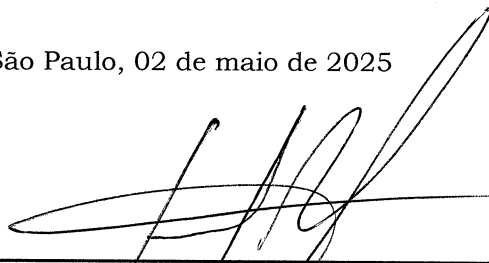
OUTORGADOS:

PEDRO HENRIQUE FERREIRA RAMOS MARQUES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 261.130; **ANDRÉIA LOVIZARO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.751; **RAFAEL PARODI FERRARESSO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 434.463 e **NATASHA RUBINSZTEJN DOMINGUES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 426.067; todos integrantes do escritório **RAMOS MARQUES ADVOGADOS**, sociedade de advogados inscrita na OAB sob registro nº 27108, com sede à Rua Gomes de Carvalho, nº 921, cj. 14, Vila Olímpia – São Paulo/SP, CEP 04547-003, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 31.252.077/0001-82, tel. (11) 3044-0476 e-mail pedro@ramosmarques.com.br.

PODERES:

São conferidos os poderes da Cláusula “Ad Judicia”, além dos poderes especiais para receber intimações, transigir e firmar acordos, receber e dar quitação, firmar compromissos, levantar valores depositados, enfim defender os interesses do outorgante em qualquer grau de Jurisdição ou Juízo, no polo ativo ou passivo, em qualquer tipo de demanda, judicial ou administrativa, e representá-lo ainda perante qualquer órgão privado ou público, federal, estadual e municipal, bem como para defendê-la ou propor ação em qualquer esfera Judicial, Cível, Trabalhista ou Comercial, **especialmente para ingressar com impugnação perante ao SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados, em face do edital de CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0076/2025 publicado pelo SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO.**

São Paulo, 02 de maio de 2025



ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA
Roberto José Reginato Lofreta
Administrador

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

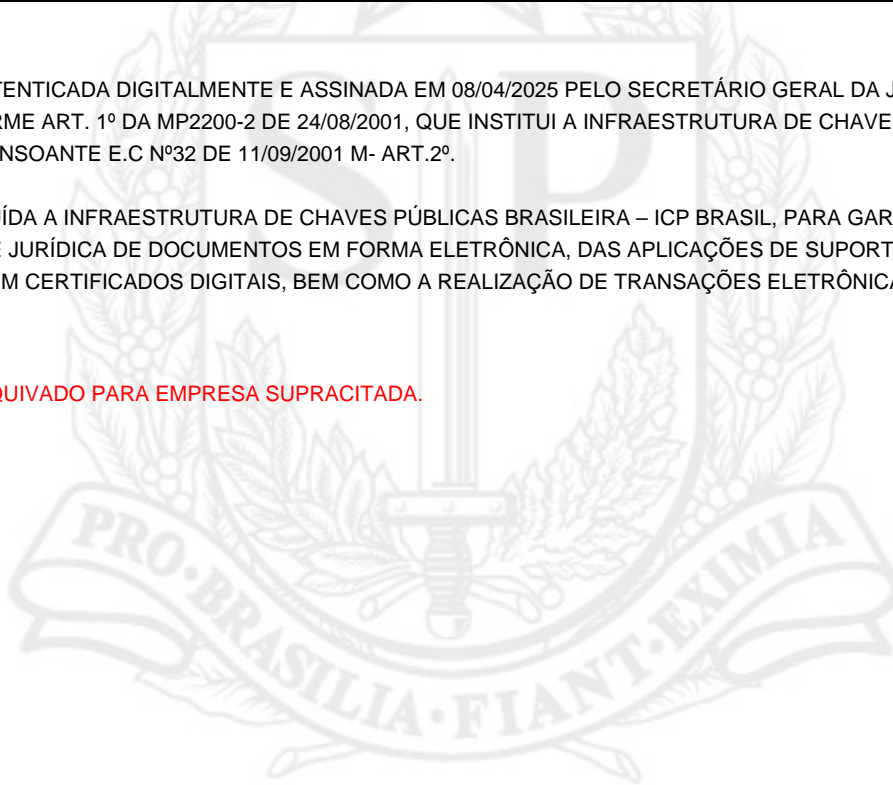
| DADOS DA EMPRESA | | | |
|---|----------------------------|--|------------------------------------|
| NOME EMPRESARIAL ZIGNET SERVICOS DIGITAIS LTDA | | TIPO JURÍDICO LIMITADA UNIPESSOAL | |
| NIRE 35221676774 | CNPJ 06.540.857/0001-80 | NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 1.106.977/25-7 | DATA DO ARQUIVAMENTO 04/04/2025 |

| DADOS DA CERTIDÃO | | |
|--|-------------------------------|---------------------------------|
| DATA DE EXPEDIÇÃO 08/04/2025 | HORA DE EXPEDIÇÃO 02:30:35 | CÓDIGO DE CONTROLE 261970249 |
| A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR | | |

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 08/04/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.


ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



Requerimento Capa

| |
|----------|
| SEQ. DOC |
| 01 |
| 01 |

| |
|--|
| <p align="center">Protocolo Redesim</p> <p align="right">SPP2530418275</p>  |
|--|

DADOS CADASTRAIS

| | | |
|---|---|--|
| ATO(S) Consolidação da Matriz, Alteração de Nome Empresarial | | |
| NOME EMPRESARIAL ZIGNET SERVICOS DIGITAIS LTDA | | PORTE Demais |
| LOGRADOURO RUA BOM SUCESSO | | NÚMERO 220 |
| COMPLEMENTO CONJUNTO 4001 | BAIRRO/DISTRITO CIDADE MAE DO CEU | CEP 03305000 |
| MUNICÍPIO SÃO PAULO | | UF SP |
| E-MAIL DIGITALIZACAO@CONFIDENCE.COM.BR | | TELEFONE |
| NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 1ª Exigência | CNPJ - SEDE 06540857000180 | NIRE - SEDE 35221676774 |
| IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: ROBERTO JOSE REGINATO LOFRETA - Administrador DATA ASSINATURA: ASSINATURA: | | VALORES RECOLHIDOS DARE R\$ 263,58 DARF Isento |

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

| | |
|-------------------|--------------|
| CARIMBO PROTOCOLO | OBSERVAÇÕES: |
|-------------------|--------------|

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96



ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.

CNPJ nº 06.540.857/0001-80 - NIRE nº 35.221.676.774

Pelo presente instrumento particular,

LM PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 20.155.334/0001-41, com sede na Rua Bom Sucesso, nº 220 – Conjunto 4001 – Cidade Mãe do Céu – São Paulo – CEP: 03305-000 – SP, devidamente registrada na JUCESP sob nº NIRE 35.228.337.614, em sessão de 29/04/2014, neste ato representada por seu administrador **ROBERTO JOSÉ REGINATO LOFRETA**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade RG sob o nº 16.181.233-8 SSP/SP e do CPF sob o nº 050.642.298-44, residente e domiciliado na Rua Jorge Augusto, nº 83 – Conjunto 60 – Vila Centenário – São Paulo – CEP 03645-000 – SP;

Única sócia da **ZIGNET INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 06.540.857/0001-80, com sede na Rua Bom Sucesso, nº 220 – Conjunto 4001 – Cidade Mãe do Céu – São Paulo – CEP: 03305-000 – SP, registrada na JUCESP sob o NIRE nº 35.221.676.774, em sessão de 10/08/2007 (“Sociedade”); resolve, na melhor forma de direito, alterar o Contrato Social da Sociedade, nos seguintes termos e condições:

1. ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE

A sócia decide alterar a denominação social da Sociedade, atualmente “ZIGNET INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.”, para “ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.”.

Em razão da deliberação acima, a “**Cláusula 1ª – DENOMINAÇÃO SOCIAL**” do Contrato Social da Sociedade passará a vigor com a seguinte redação:

“Cláusula 1ª – DENOMINAÇÃO SOCIAL: A sociedade girará sob a denominação social de: **ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.**”

2. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em consequência das deliberações descritas acima, o Contrato Social consolidado da Sociedade passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA DE FORMA LIMITADA UNIPESSOAL

ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.

NIRE nº 35.221.676.774 - CNPJ nº 06.540.857/0001-80

Cláusula 1ª – DENOMINAÇÃO SOCIAL: A sociedade girará sob a denominação social de: ZIGNET SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.

Cláusula 2ª – SEDE SOCIAL E FILIAL: A sociedade tem sua sede e filiais:

MATRIZ: Rua Bom Sucesso, nº 220 – Conjunto 4001 – Cidade Mãe do Céu – CEP 03305-000 – São Paulo – SP;

Filial 01: Estabelecida no SRTVN – Quadra 701 – Conjunto C 124 – Sala 118 - Ala B – Centro Empresarial Norte – Asa Norte – Brasília – DF – CEP: 70719-030, registrada na JCDF sob o nº 53.900.386.67-7 em sessão de 20/09/2018 e inscrita sob o nº CNPJ 06.540.857/0003-42.

Filial 02: Estabelecida na Avenida Ceara, nº 79 – A Loja 05 – Cidade da Esperança – CEP 59071-110 – Natal – RN, registrada na JUCERN sob o nº 24.900.456.132 em sessão de 10/11/2022 inscrita sob o nº CNPJ 06.540.857/0006-95, podendo constituir filiais em qualquer parte do território nacional, mediante deliberação dos sócios.

Cláusula 3ª – OBJETO DA SOCIEDADE: A sociedade e suas filiais têm por objeto social:

- (i) a exploração da atividade de instituidor de arranjo de pagamento, criando regras e procedimentos que disciplinam a prestação de serviço de pagamento;
- (ii) exploração da atividade de instituição de pagamento:
 - a. disponibilizando serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento;
 - b. executando ou facilitando a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento;
 - c. gerindo conta de pagamento;
 - d. emitindo instrumento de pagamento pré-pago e pós-pago;
 - e. executando remessa de fundos; e
 - f. convertendo moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica.
- (iii) prestação de serviços em geral na área de meios eletrônicos de pagamento;
- (iv) atuação como subcredenciador, habilitando recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição

financeira participante de um arranjo de pagamento aberto, sem participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor;

- (v) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis;
- (vi) a aquisição de direitos creditórios;
- (vii) a prestação de serviços de correspondente bancário;
- (viii) a atividade de coletor de pagamentos internacional;
- (ix) o fornecimento de administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos, ou outros oriundos de tecnologias adequadas, existentes ou em criação, incluindo assessoria e consultoria dos respectivos serviços.

Cláusula 4ª – DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES: A duração da sociedade é por prazo indeterminado e início das atividades em 01/07/2004 conforme o registro e arquivamento do instrumento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Cláusula 5ª – CAPITAL SOCIAL: O Capital Social é de R\$ 3.444.000,00 (três milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), dividido em 3.444.000 (três milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil) quotas sociais com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado pela única sócia, em moeda corrente do País, ficando assim distribuído:

| Nome | Quotas | Valor R\$ | % |
|------------------------|------------------|---------------------|--------------|
| LM PARTICIPAÇÕES LTDA. | 3.444.000 | 3.444.000,00 | 100,0 |
| Total..... | 3.444.000 | 3.444.000,00 | 100,0 |

Cláusula 6ª – TIPO E FORMA DE RESPONSABILIDADE: A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela integralização do capital social, como dispõe o artigo 1.052 do Código Civil.

Cláusula 7ª – TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas sociais e seus respectivos frutos são indivisíveis, gravadas com as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, podendo ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente com a anuência do sócio.

Cláusula 8ª – ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE: A administração da sociedade será exercida individualmente pelo Administrador Sr. **ROBERTO JOSÉ REGINATO LOFRETA**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade RG sob o nº 16.181.233-8 SSP/SP e do CPF sob o nº 050.642.298-44, residente e domiciliado na Rua Jorge Augusto, nº 83 – Conjunto 60 – Vila Centenário – São Paulo – CEP 03645-000 – SP, o qual está investido dos mais amplos, gerais e ilimitados poderes de gerência para validamente obrigar a empresa, praticando todos os atos e operações necessárias a esse fim e em especial.

- a) Representar a empresa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

- b) Contratar com bancos, caixas econômicas e outras instituições de crédito, com ou sem garantia;
- c) Celebrar quaisquer contratos, incluindo aqueles de locação de imóveis, estipulando direitos e obrigações e assinados os instrumentos respectivos: títulos e crédito, ordens de pagamento, aceitar notas promissórias, sacar, aceitar e endossar quaisquer títulos de crédito no interesse social;
- d) Endossos e avais bancários, bem como a emissão de cheques;
- e) Nomear em nome da sociedade “ad judicial” ou “ad negotia”.

É expressamente vedado o uso ou emprego da empresa em avais, abonos, endossos ou quaisquer documentos olheiros aos interesses sociais, ou mero favor, sob pena de nulidade de pleno direito em relação à responsabilidade social.

Cláusula 9ª – OUVIDORIA: A Sociedade constituirá e manterá departamento de ouvidoria para assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

Parágrafo Primeiro - Observada a regulamentação em vigor, o componente organizacional de ouvidoria poderá ser único para todas as empresas que façam parte do conglomerado financeiro da Sociedade.

Parágrafo Segundo - O componente organizacional de ouvidoria será segregado da unidade executora da atividade de auditoria interna.

Parágrafo Terceiro - Constituem atribuições da Ouvidoria:

- (i) prestação de atendimento de última instância às demandas dos clientes usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionados nos canais de atendimento primário da Sociedade; e
- (ii) atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

Parágrafo Quarto - As atribuições da ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- (i) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- (ii) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para serviços;
- (iii) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; e
- (iv) manter a Diretoria informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los.

Parágrafo Quinto - O atendimento prestado pela Ouvidoria:

- (i) deve ser identificado por meio de número de protocolo, o qual deve ser fornecido ao demandante;
- (ii) deve ser gravado, quando realizado por telefone, e quando realizado por meio de documento escrito ou por meio eletrônico, arquivada a respectiva documentação;
- (iii) pode abranger: (i) excepcionalmente, as demandas não recepcionadas inicialmente pelos canais de atendimento primário; e (ii) as demandas encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, por órgãos públicos ou por outras entidades públicas ou privadas.

Parágrafo Sexto - O prazo de resposta para as demandas não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação.

Parágrafo Sétimo - Compete aos sócios designar o Ouvidor, sendo permitido ao responsável pela Ouvidoria, desde que não haja conflito de interesses, desempenhar outras atividades na instituição, exceto administração de recursos de terceiros.

Parágrafo Oitavo - O ouvidor terá mandato de 36 (trinta e seis) meses, permitida a reeleição.

Parágrafo Nono - O ouvidor será designado consoante os seguintes critérios:

- (i) ter reputação ilibada;
- (ii) não estar impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- (iii) formação em curso de nível superior;
- (iv) amplo conhecimento das atividades desenvolvidas pelas instituições representadas e dos seus produtos, serviços, processos, sistemas etc.;
- (v) capacidade funcional de assimilar as questões que são submetidas à ouvidoria, fazer as consultas administrativas aos setores cujas atividades foram questionadas e direcionar as respostas obtidas em face dos questionamentos apresentados; e
- (vi) condições técnicas e administrativas de dar atendimento às demais exigências decorrentes do normativos editados sobre as atividades da ouvidoria.

Parágrafo Décimo - O ouvidor poderá ser destituído a qualquer tempo durante a vigência do seu mandato nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo;

- (ii) desempenho aquém daquele esperado;
- (iii) deixar de observar um dos requisitos previstos no Parágrafo Nono acima;
- (iv) em razão de demissão; e
- (v) quando figurar em escândalos, indiciamentos, investigações criminais que causem ou possam causar potencial dano de imagem à Sociedade.

Parágrafo Décimo Primeiro - O Diretor responsável pela Ouvidoria deverá elaborar relatório semestral, relativo às atividades da ouvidoria, nas datas bases de 30 de junho e 31 de dezembro e sempre que identificada ocorrência relevante, o qual deverá ser elaborado de acordo com as disposições do Banco Central do Brasil e encaminhado à auditoria interna, ao comitê de auditoria, quando existente, e à Diretoria.

Parágrafo Décimo Segundo - A Sociedade assume o compromisso de:

- (i) criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e
- (ii) assegurar o acesso da ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo Décimo Terceiro - A Sociedade divulgará semestralmente, em sua página na internet, as informações relativas às atividades desenvolvidas pela ouvidoria.

Cláusula 10ª – REMUNERAÇÃO DO SÓCIO: O sócio unipessoal ou seu administrador poderão fixar retirada mensal a título de pró-labore, mediante acordo firmado entre os mesmos.

Cláusula 11ª - DESIMPEDIMENTO DO SÓCIO: O sócio unipessoal e o administrador declara(m), sob as penas da lei, não estar(em) incurso(s) em nenhum dos crimes previstos que o(s) impeça(m) de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal. Revela(m) não estar(em) sendo processado(s), nem condenado(s) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula 12ª – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS FINANCEIROS: A sociedade não terá conselho fiscal, adotando como exercício social o ano civil, com término em 31 (trinta e um) de dezembro, data em qual será levantado o balanço geral anual, observadas as disposições legais vigentes. Ficando expressamente permitida a antecipação de lucros, bem como a sua distribuição de forma desproporcional. Fica o sócio, responsável pela cobertura de eventuais prejuízos apurados no encerramento do exercício, conforme artigo 1.059 do Código Civil.

Cláusula 13ª - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE: A Sociedade poderá ser dissolvida por livre iniciativa dos sócios, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou, caso queira, indicará um liquidante, ditando-lhe a forma da liquidação. Solvidas as dívidas e

extintas as obrigações referentes à Sociedade, todo o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

Cláusula 14ª – FORO: Os casos omissos serão regulados pela legislação em vigor, ficando eleito o foro da cidade de São Paulo - SP, para o exercício e resolução das questões oriundas a este instrumento.

Cláusula 15ª – REGÊNCIA SUPLETIVA: O presente instrumento é regido pela legislação em vigor concernente às sociedades limitadas, aplicando-se supletivamente as disposições da Lei das S.A. (Lei 6.404, de 15/12/1976) e suas alterações.

O presente instrumento é assinado, de forma eletrônica, para um só efeito.

São Paulo - SP, 06 de março de 2025.

Sócia:

"Assinado Digitalmente"

LM PARTICIPAÇÕES LTDA.
Administrador - Roberto José Reginato Lofreta

Administrador:

"Assinado Digitalmente"

ROBERTO JOSÉ REGINATO LOFRETA

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

O nome indicado para assinatura, bem como seu status em 26/03/2025 é:

| Nome Completo | CPF | Data e hora | Certificado |
|--|-------------|----------------|-----------------------------|
| <u>Atos Contitutivos e alterações.pdf</u> | | | |
| ROBERTO JOSE REGINATO LOFRETA | 05064229844 | 26/03/25 17:36 | AC SAFEWEB RFB v5 / PDF-1.7 |

Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo Nº SPP2530418275

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPP2530418275** de Consolidação da Matriz, Alteração de Nome Empresarial e Alteração de Dados da empresa **ZIGNET SERVICOS DIGITAIS LTDA**.

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Carla Cristina Oliveira Costa Lugo**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 04/04/2025.

Carla Cristina Oliveira Costa Lugo, CPF: 25778824831

Este documento foi assinado digitalmente por Carla Cristina Oliveira Costa Lugo e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2530418275.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **ZIGNET SERVICOS DIGITAIS LTDA de NIRE 35221676774**, protocolizado sob o número **SPP2530418275** em **04/04/2025**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1106977257**.

Assina o registro a Secretário(a)-Geral **Aloizio Epifanio Soares Junior**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 04/04/2025.

Aloizio Epifanio Soares Junior, CPF: 40689779844

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP

Fone: (11) 3468-3080